



ARTIGO/DOSSIÊ

PALIMPSESTOS DA SERVIDÃO: NEONARRATIVAS DE ESCRAVIDÃO E DOMESTICIDADE RACIALIZADA EM SOLITÁRIA

ANA CAROLINA MORAIS DE SOUZA
PAULO HENRIQUE PRESSOTTO

Ana Carolina Moraes de Souza

Graduanda em Letras – Português e Espanhol, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS/Dourados).

Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa Interinstitucional: Crítica feminista e autoria feminina: cultura, memória e identidade; e BIOGRAF – Pesquisa Narrativa (Auto)biográficas.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1706617255782045>.

ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0009-9647-6073>.

E-mail: anacarolinamoraissouza@gmail.com.

Paulo Henrique Pressotto

Doutor em Literatura Comparada pela UFRGS, em 2015.

É membro do CEPEGRE – Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão em Educação, Gênero, Raça e Etnia – UEMS.

Faz parte do grupo Estudos em Literaturas Latino-americanas – CNPq, da UEMS; também é membro do Grupo de Estudo e Pesquisa Interinstitucional: Crítica feminista e autoria feminina: cultura, memória e identidade – CNPq, da UFGD.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4765299826644354>.

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-5625-4526>.

E-mail: paulopressotto@gmail.com.

Resumo: O presente artigo analisa a permanência da lógica escravocrata no Brasil contemporâneo a partir do romance *Solitária* (2022), de Eliana Alves Cruz, com foco na personagem Dadá — mulher negra submetida ao trabalho doméstico compulsório desde a infância. A partir da articulação entre ficção e casos reais de servidão doméstica, como o de Sônia Maria de Jesus, mantida por mais de quarenta anos em situação análoga à escravidão, o estudo evidencia as formas atuais de reprodução da desigualdade racial e patriarcal no espaço doméstico urbano. Amparado por autoras e autores como Sueli Carneiro (2023), Angela Davis (2016), Frantz Fanon (2020) e Achille Mbembe (2018), o artigo insere *Solitária* no campo das neonarrativas de escravidão, conforme proposto por Ashraf Rushdy (1999) e Timothy Spaulding (2005). Trata-se de narrativas que reconfiguram esteticamente as *slave narratives*, atualizando suas marcas de trauma, silenciamento e apagamento sob novas formas de violência estrutural. A análise formal da obra enfatiza o silenciamento da personagem, a fragmentação da linguagem e a espacialização da opressão. Conclui-se que a literatura, especialmente a produzida por autoras negras, constitui um campo epistêmico e político central na disputa por memória, justiça e reparação histórica no Brasil e na diáspora.

Palavras-chave: Neonarrativas de escravidão. Literatura negra. Trabalho doméstico. Memória. Eliana Alves Cruz.

Abstract: This article examines the persistence of slaveholding logics in contemporary Brazil through an analysis of *Solitária* (2022), by Eliana Alves Cruz, with particular focus on the character Dadá — a Black woman subjected to compulsory domestic labor since childhood. Bridging fiction with real cases of domestic servitude, such as that of Sônia Maria de Jesus, who was held for over four decades in conditions analogous to slavery, the study exposes the contemporary reproduction of racial and patriarchal inequalities within the urban domestic sphere. Grounded in the works of Sueli Carneiro (2023),

Angela Davis (2016), Frantz Fanon (2020), and Achille Mbembe (2018), the article situates *Solitária* within the field of neo-slave narratives as defined by Ashraf Rushdy (1999) and Timothy Spaulding (2005). Such narratives aesthetically reconfigure the historical slave narrative, rearticulating its traces of trauma, silencing, and erasure through new forms of structural violence. The formal analysis foregrounds the protagonist's silencing, the fragmentation of language, and the spatialization of oppression. The conclusion asserts that literature — particularly that produced by Black women authors — constitutes a crucial epistemic and political arena in the struggle for memory, justice, and historical reparation in Brazil and across the diaspora.

Keywords: Neo-slave narratives. Black literature. Domestic labor. Memory. Eliana Alves Cruz.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A persistência de formas contemporâneas de escravidão no Brasil indica que a abolição formal em 1888 não desarticulou os alicerces estruturais da ordem escravocrata. Em vez de ruptura, o que se observou foi um processo de deslocamento e camuflagem. A lógica da dominação racial e de gênero não desapareceu, mas se redistribuiu, especialmente nos espaços domésticos, onde a informalidade e a naturalização da servidão operam de modo contínuo.

O trabalho doméstico constitui um dos principais dispositivos contemporâneos de reprodução das hierarquias coloniais. No interior das casas, especialmente nos grandes centros urbanos, ainda se observa a manutenção de práticas de exploração que remetem à escravidão legalizada, agora disfarçadas por discursos de afeto, caridade e “tradição”. Segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego, milhares de pessoas são resgatadas anualmente em

condições análogas à escravidão. Só no ano de 2023, foram 3.190 pessoas, inclusive no serviço doméstico urbano, em plena legalidade da democracia constitucional (Brasil, 2024).

A noção de que certas vidas existem para servir, sem direito à infância, salário ou liberdade, inscreve-se no que Achille Mbembe (2018) conceitua como necropolítica: o exercício de soberania por meio do poder de decidir quem pode viver e quem deve morrer, inclusive socialmente. No contexto brasileiro, esse poder recai, com notável regularidade, sobre os corpos de mulheres negras e pobres, frequentemente cooptadas para relações de servidão prolongada, sob um regime de controle afetivo, racial e econômico.

Nesse cenário, a literatura torna-se um espaço de enfrentamento e de enunciação contra-hegemônica. Obras produzidas por autoras negras vêm se destacando por representar não apenas as violências históricas da escravidão colonial, mas sua permanência nas dinâmicas sociais atuais. É o caso do romance *Solitária* (2022), de Eliana Alves Cruz, cuja personagem Dadá, mulher negra submetida a trabalho doméstico, mas em situação análoga à escravidão, desde a infância, evidencia o vínculo entre a memória da escravidão e sua atualização nas relações cotidianas contemporâneas.

A trajetória dessa personagem se inscreve numa longa tradição de apagamento da infância negra, do confinamento espacial e da negação do afeto, que mobiliza não apenas formas de exploração econômica, mas um regime contínuo de exclusão e silenciamento simbólico.

Tal construção literária convoca a crítica a observar os modos pelos quais a ficção atua como forma de testemunho e denúncia, como já sugerido por Silviano Santiago (2001) ao tratar da literatura como contra-arquivo. A experiência de Dadá não deve ser lida

como uma representação isolada, mas como condensação de uma estrutura socialmente reconhecível. Sua presença no texto expõe o pacto de invisibilidade que sustenta a domesticação da violência no espaço privado.

A naturalização da servidão no contexto doméstico, marcada por vínculos afetivos distorcidos — como a expressão recorrente “é como da família” —, opera como justificativa para a negação de direitos e de reconhecimento pleno da humanidade das trabalhadoras. Essa racionalização é amplamente criticada por Neusa dos Santos Souza (1980), que denuncia o mito da democracia racial como mecanismo ideológico de ocultação das desigualdades reais e de manutenção da subalternidade da mulher negra no tecido social.

Do ponto de vista simbólico, o espaço arquitetônico ocupado por Dadá — um quarto pequeno, isolado, sem janelas — remete diretamente à lógica da senzala. O “quartinho de empregada”, ainda presente na planta de apartamentos contemporâneos, não é apenas herança do passado, mas expressão material da permanência do racismo estrutural.

Além da dimensão simbólica, é importante considerar que a obra tensiona o próprio pacto da casa como espaço de segurança e acolhimento. Em *Solitária*, a casa é território de dominação e contenção, em que o afeto é instrumentalizado para mascarar a violência. A trajetória de Dadá permite, assim, que se investigue como a literatura inscreve e problematiza os vínculos entre intimidade, exploração e apagamento, sobretudo quando atravessados por relações raciais e de classe.

A partir disso, este artigo propõe uma leitura crítica da personagem Dadá como representação ficcional de uma estrutura real e recorrente:

o trabalho doméstico análogo à escravidão, particularmente quando exercido por meninas negras em situação de vulnerabilidade. A proposta é compreender como a literatura, ao representar esse tipo de violência social, contribui para o desvelamento das formas de reprodução contemporânea da lógica escravocrata.

Ao longo da análise, a personagem será discutida em paralelo com casos reais de escravidão contemporânea documentados por órgãos oficiais e veículos jornalísticos, como os resgates realizados pelo Ministério Público do Trabalho e o caso emblemático de Sônia Maria de Jesus, mantida em situação de servidão doméstica por mais de quarenta anos (Léon, 2024). A aproximação entre esses relatos e a ficção se justifica pela convergência de elementos estruturais: precarização, isolamento, naturalização da violência e apagamento da identidade.

A hipótese central que orienta este estudo é que *Solitária* constrói, por meio da personagem Dadá, uma crítica sofisticada à permanência de estruturas de dominação colonial no Brasil contemporâneo. A obra denuncia, pela via da linguagem literária, aquilo que o discurso jurídico e institucional frequentemente não alcança: os afetos disciplinados, a infância sequestrada, o silêncio imposto e os mecanismos sociais que tornam a servidão algo invisível e tolerável.

Os objetivos específicos da pesquisa consistem em: analisar os elementos narrativos e simbólicos que constroem a experiência de Dadá no romance; articular essa representação com as estruturas históricas e jurídicas que sustentam a escravidão contemporânea no Brasil; e discutir o papel da literatura negra contemporânea como forma de resistência, memória e enfrentamento das violências racializadas ainda operantes no cotidiano nacional.

Com isso, pretende-se demonstrar que a literatura não apenas rememora um passado traumático, mas intervém criticamente no presente. A ficção de Eliana Alves Cruz, ao dar corpo e linguagem a personagens como Dadá, torna visível a permanência de formas de sujeição historicamente construídas. Este trabalho, ao colocar a narrativa de *Solitária* em diálogo com casos reais de servidão moderna, busca evidenciar a potência política da literatura como ferramenta de análise, denúncia e desestabilização das formas contemporâneas de escravidão.

Dentro dessa perspectiva de articulação entre passado e presente, é possível inserir esse romance no escopo do que a crítica internacional tem denominado de neonarrativas de escravidão. O termo, cunhado por Ashraf Rushdy (1999), refere-se a narrativas contemporâneas que revisitam a escravidão como uma experiência não encerrada, mas reconfigurada e ainda operante, conforme as marcas de trauma, apagamento e subalternização que persistem no tecido social atual. Trata-se de narrativas que funcionam como palimpsestos, em que os vestígios de um passado supostamente superado continuam a assombrar o presente.

Timothy Spaulding (2005), ao desenvolver essa conceituação, propõe que as neonarrativas são atos políticos que visam não apenas recuperar a memória da escravidão, mas desestabilizar os modos oficiais de narrar a história, explorando linguagens fragmentárias, vozes silenciadas e estruturas narrativas híbridas. Como aponta o autor, essas obras operam como “atos narrativos políticos”, capazes de interrogar as continuidades entre violência histórica e opressão estrutural contemporânea (Spaulding, 2005).

Solitária, ainda que não tematize a escravidão legalizada do século XIX, mobiliza sua persistência sob formas sutis e normalizadas.

A personagem Dadá, mulher negra confinada ao espaço doméstico desde a infância, sem voz, contrato, cronologia ou autonomia, encarna um modelo narrativo que denuncia a permanência da lógica escravocrata. Ao construir a personagem com base no apagamento, no silêncio e na segregação espacial, Eliana Alves Cruz realiza um gesto literário que a aproxima das neonarrativas de escravidão, ao reinscrever na ficção aquilo que a história oficial insiste em ocultar.

NEONARRATIVAS DE ESCRAVIDÃO: UM QUADRO CONCEITUAL

O termo neonarrativas de escravidão, cunhado por Ashraf Rushdy (1999), refere-se a obras literárias que retomam criticamente as *slave narratives* do século XIX, reconfigurando-as como palimpsestos — textos que sobrepõem camadas de tempo e memória para desestabilizar as versões hegemônicas da história. Em vez de contar o passado da escravidão como um evento encerrado, essas narrativas o reinscrevem no presente, revelando suas persistências estruturais. São textos marcados por uma bitemporalidade radical, que tensiona as fronteiras entre lembrança, trauma e vivência atual.

Timothy Spaulding (2005), por sua vez, argumenta que as neonarrativas são “atos políticos de reconstrução estética”, comprometidas em representar as zonas de opacidade e silêncio deixadas pelos registros oficiais. Para isso, frequentemente adotam recursos como polifonia, apagamento, oralidade fragmentada, vozes não confiáveis ou silêncios gritantes. Seu foco não é apenas recontar a história da escravidão, mas expor os efeitos do regime escravocrata nas subjetividades negras contemporâneas, especialmente em relação a gênero, classe e sexualidade.

No contexto brasileiro, esse tipo de narrativa emerge com força nas produções literárias negras contemporâneas, que operam como contra-história e contra-arquivo. *Solitária*, de Eliana Alves Cruz, pode ser compreendido dentro desse espectro, ao deslocar a centralidade narrativa para os efeitos duradouros da escravidão no espaço doméstico, mesmo que o tema da escravidão legal não esteja diretamente em cena. A personagem Dadá encarna esse palimpsesto histórico: figura silenciada, segregada e infantilizada, cuja trajetória revela os mecanismos afetivos e espaciais de atualização da servidão. A obra, nesse sentido, se posiciona como neonarrativa não apenas temática, mas formalmente insurgente, por escolher a ausência, o silêncio e o apagamento como estruturas estéticas centrais.

A NARRATIVA DE *SOLITÁRIA*

Solitária é um romance focado nas personagens Eunice e Mabel, mãe e filha que narram o livro. As duas mulheres têm suas vidas permeadas completamente pelo trabalho de Eunice como empregada doméstica em um luxuoso condomínio. Mabel, desde a infância, frequenta o serviço da mãe e, com o tempo, passa a ajudar também, permanecendo naquele local até entrar na universidade e “se rebelar” de uma vez por todas, deixando aquele prédio e aquela família mesquinha que empregava sua mãe.

As aparições de Dadá na narrativa de *Solitária* se dão sempre de modo marginal, lateral, como figura de passagem no espaço da escada de serviço, como aquela que não pode ficar mesmo em um momento de festa onde todos estão. Dadá aparece apenas “rapidinho na entrada da escada de serviço e me chamou com um gesto apressado” (Cruz, 2022, p. 71), dando um presente de formatura

para Mabel e já fugindo de forma apressada para o apartamento de onde quase nunca saía.

Assim, podemos perceber sua posição na estrutura doméstica e narrativa: ela não ocupa o centro, não é protagonista de sua própria história, não circula livremente nos espaços. Seu nome é tudo o que se sabe inicialmente; o restante é silêncio. Silêncio estruturado, construído, imposto.

O silêncio de Dadá, sua ausência de narrativa própria, é sintomático de um tipo de violência epistêmica. Durante todo o romance, sua voz quase não é ouvida: “foi uma das poucas vezes em que ouvi sua voz” (Cruz, 2022, p. 71). Sua subjetividade é suprimida, ela está sempre no campo do observado, do descrito, nunca do falado.

A construção da narrativa em *Solitária* acentua o apagamento de Dadá não apenas como conteúdo, mas como estrutura. Sua presença é majoritariamente indireta, vista pelos olhos das personagens centrais, limitada a falas breves ou à descrição de seus gestos. Essa escolha narrativa não é neutra, ela mimetiza o modo como a sociedade brasileira trata as trabalhadoras domésticas negras — sempre à margem, sempre em silêncio, mesmo quando estão no centro do funcionamento da casa. A linguagem é econômica, fragmentada, e sua ausência de voz própria torna-se o grito formal da obra.

O espaço também é construído simbolicamente; a descrição do quarto de Dadá, isolado e degradado, com um colchão duro e paredes descascadas, é uma extensão física da exclusão. Eliana Alves Cruz utiliza os elementos do cotidiano para compor um cenário de opressão que não depende de grilhões, mas de arquiteturas afetivas e espaciais. O “quartinho de serviço” se torna a senzala reatualizada.

A linguagem da autora evita o panfleto; sua crítica é embutida na organização da narrativa, no foco seletivo, nas elipses e no uso de objetos simbólicos como a boneca de pano. A forma narrativa, portanto, reforça a tese: Dadá é silenciada pelo mundo e pela estrutura que o representa. Essa exclusão linguística é uma das formas mais eficazes de negação da condição de sujeito. Como afirmam Pires *et al.*, na abertura do livro de Fanon:

Não é possível compreender verdadeiramente o país sem levar a sério percepções dos povos negros e indígenas – a quem o próprio processo de construção do país des/subumanizou. (2022, p. 23)

Dadá é, nesse sentido, construída socialmente como alguém fora da linguagem da cidadania e do direito.

A condição imposta a Dadá como serva invisível dentro da casa ecoa o diagnóstico de Sueli Carneiro:

Se alguns estão consolidados no imaginário social como portadores de humanidade incompleta, torna-se natural que não participem igualitariamente do gozo pleno dos direitos humanos. (2024, p. 15)

A permanência da desigualdade é sustentada por uma ideologia que naturaliza a desumanização, especialmente quando o corpo é negro, feminino e pobre. A violência contra Dadá, portanto, não é exceção, mas forma de coerência estrutural do Brasil pós-escravidão.

A primeira camada de apagamento de Dadá é geracional. Sua infância foi suspensa, como a de muitas crianças negras, e assim foi colocada a serviço da família que a acolheu, mas sob o regime do trabalho doméstico compulsório. Quando questionada sobre sua idade, a mulher vacila, acredita que tem quarenta, mas não sabe

informar com certeza, conhece apenas que está com a patroa desde os dez anos de idade, ou seja, uma verdadeira cena de filme de terror.

Essa incerteza não é falha de memória, mas sintoma de um apagamento ontológico: Dadá não teve tempo livre, não teve escolarização plena, não teve direito à própria cronologia. Como observa Davis (2016, p. 17), “todos os outros aspectos da existência das mulheres negras escravizadas eram ofuscados pelo trabalho compulsório”. Essa lógica de subordinação total permanece operante na experiência de Dadá.

Inserida na casa desde os dez anos, Dadá passa mais de trinta anos servindo a D. Imaculada. Não há registro de contrato, salário, folga ou vínculos afetivos saudáveis. Sua vinculação é descrita como uma forma de “carinho coercitivo”, quando chama a empregadora de “mãezinha”, mas qualquer tentativa de saída é bloqueada por medo. Quando Cacau, filho do porteiro, diz que ela deveria pegar os doces que davam na rua em frente ao prédio — seria só descer —, a mulher responde: “Mãezinha Imaculada é capaz de me bater com o chinelo” (Cruz, 2022, p. 120), revelando assim como funciona a dinâmica entre elas e o que motiva o jovem a denunciar a situação.

A infantilização de D. Imaculada no termo “mãezinha” convive com a violência explícita, revelando como a relação afetiva é instrumentalizada para legitimar o controle e a contenção. É o que bell hooks (1995) identifica como um tipo de violência emocional tolerada dentro de estruturas coloniais patriarcais — aquelas em que a obediência é cultivada como forma de proteção.

O espaço reservado a Dadá na casa de D. Imaculada é revelador sobre a forma como a branquitude racista trata aqueles que pode escravizar sem medo da justiça. O quarto de serviço é aqui tratado

como microcosmo da senzala moderna. Sua precariedade não está na sujeira, mas no abandono estrutural:

Entramos no quartinho de Dadá. Já no limite da área de serviço, me senti como se estivesse naqueles filmes em que o personagem atravessa uma porta, entra num armário ou coisa parecida e sai em outro lugar, outro tempo. Um colchão duro em um estrado, coberto por uma colcha de chenile lavada muitas vezes, paredes amareladas que não viam pintura havia décadas, o banheiro com uma tábua quebrada no vaso sanitário, roupas dobradas em uma cadeira. O ambiente não era sujo porque Dadá era caprichosa com o pouco que tinha. (Cruz, 2022, p. 121)

Apesar do espaço em condição degradante, o que se pode observar também é que Dadá não foi desumanizada pela sujeira ou algo do tipo, mas sim pela contenção do espaço, pela imposição de infinitos limites à sua vida e à sua história, por ter que se sujeitar a alguém tão cruel quanto à sua “mãezinha”.

Ademais, a frase, embora carinhosa, revela uma ironia amarga: Dadá cuida do que é mínimo, porque nunca lhe foi permitido ter mais. Seu espaço — pequeno, mal conservado, isolado — repete a lógica do confinamento histórico das populações negras. Como aponta Carneiro, “a sustentação do ideário racista depende de sua capacidade de naturalizar a sua concepção sobre o Outro” (2023, p. 21). O quatinho de serviço não é só um lugar, é um dispositivo de racialização espacial, de marcação simbólica de pertencimento à servidão.

A condição de Dadá não é um acidente, mas o resultado de um sistema que distribui humanidade e valor conforme marcadores raciais. Fanon (2022, p. 36) já alertava que “a causa é consequência: a pessoa é rica porque é branca, é branca porque é rica”.

Sueli Carneiro também reforça que essa hierarquização persiste no Brasil sob a forma da “prevalência da concepção de que certos humanos são mais ou menos humanos do que outros” (2024, p. 15). Dadá, mulher negra, sem família visível, sem escolarização, sem idade definida, é vista pela branquitude racista como o “tipo ideal” para ser alocada nesse lugar social: o da servidão sem nome, sem tempo, sem história.

O romance *Solitária* não apenas sugere, mas explicita que o regime escravocrata permanece operante sob novas formas. A experiência de Dadá deve ser compreendida como paradigma de uma lógica sistêmica: mulheres negras, especialmente aquelas que desde cedo são apartadas da escola e da esfera pública, seguem sendo alocadas a funções de cuidado, limpeza e silêncio, frequentemente sob condições informais, violentas e sem contrato.

O caso de Sônia Maria de Jesus, resgatada após mais de 40 anos de trabalho doméstico sem remuneração, confirma essa permanência (León, 2024). Levada de Osasco a Florianópolis ainda criança, Sônia foi impedida de estudar, de construir vínculos sociais e de constituir uma identidade autônoma. Dormia em um quartinho no fundo da casa, comia separada da família e teve suas escolhas e sua liberdade anuladas por décadas. Tal como Dadá, sua vida foi apropriada por uma família de classe média que alegava afeto e acolhimento, mas praticava dominação, confinamento e exploração. A repetição estrutural entre ficção e realidade denuncia a falácia da abolição enquanto evento conclusivo.

Casos como o de Sônia não são isolados nem datados. Em agosto de 2023, uma idosa de 90 anos foi resgatada de uma casa na Zona Norte do Rio de Janeiro, onde viveu em condições análogas à

escravidão por mais de 50 anos (Coelho, 2023). Em 2022, uma mulher foi libertada após 72 anos de trabalho sem salário, a idosa já estava com 84 anos (Sakamoto; Camargos, 2022).

O caso Sônia, assim como o de Dadá, também se sustenta sobre a infantilização da mulher negra. Ambas são tratadas como figuras que “precisam de cuidado”, mas esse cuidado, ao invés de promover autonomia, serve como justificativa para sua contenção.

Sônia não teve acesso à escola. Sua certidão de nascimento foi retida. Não tinha conta bancária, não saía desacompanhada, nem sabia localizar sua família de origem. Assim como Dadá, seu tempo foi congelado — uma existência suspensa, encapsulada no espaço doméstico como mão de obra permanente. A concepção de que algumas vidas não merecem desenvolvimento pleno — de que certas pessoas existem apenas para servir — estrutura o que Sueli Carneiro define como “humanidade incompleta”. Essa condição não decorre de falhas individuais, mas de uma engenharia social que articula raça, classe e gênero na produção da desigualdade.

Essas histórias, ainda que tratadas como exceções trágicas na cobertura jornalística, são, na verdade, sintomas de uma continuidade histórica. O trabalho doméstico das mulheres negras nunca foi plenamente reconhecido como trabalho: ele é uma extensão da servidão, legitimada por costumes coloniais que sobrevivem nos lares urbanos do século XXI (Davis, 2018).

A literatura produzida por autoras negras, como Eliana Alves Cruz, tem desempenhado papel fundamental no enfrentamento dessa lógica. *Solitária* opera como dispositivo de memória contra o esquecimento social, ao representar a violência como experiência cotidiana e não episódica. A escrita de Cruz inscreve-se na tradição

de denúncia que recusa o apagamento estético e teórico das violências sofridas pelas mulheres negras. Ao colocar Dadá no centro da narrativa, mesmo como corpo que tenta ser empurrado para as margens, a autora reconfigura o mapa da representação, fazendo com que a violência doméstica deixe de ser ruído e se torne eixo da enunciação.

O que impressiona na leitura de *Solitária* é que a personagem Dadá não representa um caso de exceção, mas uma generalidade camuflada. Como bem observa Nascimento (2016), a estrutura econômica e simbólica do Brasil foi edificada sobre a espinha dos africanos escravizados; o papel dessas pessoas foi o que proporcionou que o país se desenvolvesse economicamente. Basicamente, os escravizados consistiram na pedra fundamental da nova sociedade, gerando as riquezas, plantando e alimentando a elite aristocrática branca, mas não desfrutando de nenhum benefício (Nascimento, 2016).

E essa espinha ainda se curva nos lares contemporâneos. A naturalização do trabalho doméstico informal, a figura da empregada que “mora no trabalho” e a arquitetura que separa os cômodos da patroa e da serviçal são traços da continuidade de uma economia racial da casa.

A presença da escravidão moderna no espaço doméstico é garantida, em parte, pela ausência de fiscalização e pela cumplicidade estrutural das instituições:

As feridas da discriminação racial se exibem ao mais superficial olhar sobre a realidade social do país. A ideologia oficial ostensivamente apoia a discriminação econômica – para citar um exemplo – por motivo de raça. (Nascimento, 2016, p. 97)

Em entrevistas sobre o caso Sônia, auditores do trabalho afirmaram que não havia como denunciar se ninguém “de dentro” o fizesse. Essa lógica revela que a estrutura da escravidão moderna é sustentada pelo segredo, pelo silêncio e pela distância social. A personagem Dadá, isolada no primeiro andar, raramente vista, com medo de apanhar, é a metáfora perfeita desse mecanismo: não basta o cárcere físico; é necessário o desaparecimento social.

Fanon (2020) já havia indicado que o racismo opera como naturalização das diferenças, transformando desigualdades históricas em supostas consequências biológicas. Essa “naturalização” das desigualdades é uma ferramenta de opressão especialmente eficaz no caso das mulheres negras, cujo trabalho é, frequentemente, visto como vocação. Quando Dadá é descrita como alguém “caprichosa com o pouco que tinha”, a frase revela mais do que empatia: mostra como a sujeição pode ser disfarçada como dedicação.

Como observa Carneiro (2023), o racismo brasileiro opera pela aparência mutável e polivalente — sua força está em parecer invisível, e também, se embasando em pseudociência, buscou legitimar toda a produção e manutenção dos privilégios da supremacia branca. Assim, tais privilégios e explicações para sua sustentação são o que determinam a permanência e reprodução do racismo e que ignoram propositalmente todas as evidências científicas que as desmentem; e ainda pode-se afirmar que a sustentação desse ideário racista depende totalmente da naturalização dessa concepção de um “Outro” criado (Carneiro, 2023).

Na lógica da branquitude dominante, como aponta Carneiro (2023), a existência da mulher negra como sujeito político é constantemente negada. A negação do racismo, a deslegitimação de

pesquisas e movimentos negros, e a tentativa de esvaziamento da luta antirracista fazem parte do esforço para manter esse lugar de subalternidade como dado natural.

É por isso que a literatura — especialmente a escrita por mulheres negras e homens negros — torna-se campo de disputa: ela reconstrói a memória e restitui à linguagem aquilo que foi arrancado pela estrutura social.

A ausência de voz de Dadá ao longo do romance é coerente com a lógica de exclusão epistêmica. Sua história só se torna visível no momento em que é “descoberta” por personagens brancas, o que revela, por contraste, a omissão estrutural da sociedade. A mesma lógica aparece no caso Sônia: o resgate só foi possível após a denúncia de terceiros, não por mecanismos institucionais regulares.

No interior do romance, a denúncia feita contra D. Imaculada não gera imediata reparação ou comoção. A frieza com que a sociedade recebe a revelação da violência contra Dadá é similar à forma como o caso Sônia foi tratado por parcelas da opinião pública: ora com descrença, ora com escárnio. A negação da existência da escravidão contemporânea revela uma operação ideológica profunda, que recusa reconhecer que a sociedade brasileira jamais rompeu de fato com seu passado colonial.

A análise da personagem Dadá, à luz das estruturas históricas e sociais que sustentam a escravidão contemporânea, evidencia que *Solitária* ultrapassa o estatuto de romance de denúncia. A obra de Eliana Alves Cruz se inscreve numa tradição intelectual negra que, ao recusar o apagamento e a conciliação com a memória oficial, tensiona as fronteiras entre ficção e realidade, entre documento e invenção, entre arte e política. Nesse movimento, a literatura atua como

contramemória, como arquivo sensível das vidas que o Estado e a sociedade preferem manter fora do campo do reconhecimento pleno.

A aproximação entre Dadá e Sônia — duas mulheres negras, submetidas por décadas à servidão em espaços domésticos — revela a continuidade de um modelo de exploração que atualiza os dispositivos da escravidão. Trata-se de uma continuidade que não é acidental, mas estrutural.

A ficção literária e os relatos jornalísticos convergem em aspectos centrais: isolamento, infantilização, controle afetivo, apagamento da identidade, ausência de vínculo formal e silenciamento institucional. Essa convergência reforça a hipótese de que a escravidão moderna, especialmente no Brasil, é menos um resquício e mais uma reinvenção do passado sob moldes neoliberais e coloniais.

Nesse contexto, o papel da crítica acadêmica não é apenas interpretar, mas reposicionar os debates. Ao tomar a literatura como fonte legítima de elaboração epistemológica e como denúncia articulada com a realidade, este artigo se propôs a compreender *Solitária* não como exceção estética, mas como parte de um corpo crescente de produções negras que exigem escuta, leitura e responsabilização. A personagem Dadá não é apenas uma metáfora, ela é a figura concreta de um sistema que se alimenta da naturalização da desigualdade e da desumanização racializada.

Portanto, reitera-se que os elementos literários e os dados empíricos não podem ser lidos de forma isolada. Ao contrário, devem ser confrontados como parte de uma mesma engrenagem. A narrativa de Dadá e a história de Sônia são expressões diferentes de uma mesma violência estruturante. Reconhecer isso é o primeiro passo para uma crítica que não se limite à constatação, mas que

assuma a urgência da denúncia, da escuta e da responsabilização histórica e política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A permanência da escravidão no Brasil, sob novas formas de sujeição social, racial e afetiva, constitui um dos principais impasses históricos do presente nacional. O presente artigo partiu da análise do romance *Solitária*, de Eliana Alves Cruz, com foco na personagem Dadá, articulando sua trajetória ficcional a casos reais de trabalho doméstico análogo à escravidão, como o de Sônia Maria de Jesus. Ao reunir literatura e realidade, buscou-se demonstrar que a lógica da servidão permanece operante nos espaços domésticos urbanos contemporâneos, especialmente no que tange à experiência de mulheres negras pobres.

O cruzamento entre a trajetória fictícia de Dadá e os relatos concretos de Sônia permitiu tensionar a noção de abolição como marco resolutivo, evidenciando a reatualização do regime escravocrata por meio de afetos assimétricos, vínculos informais e apagamentos institucionais. A personagem, construída na narrativa como presença espectral, sem cronologia própria, sem voz nem centralidade, expõe a naturalização da subalternização e a arquitetura simbólica que sustenta a desigualdade racial no interior da casa brasileira.

Foi possível analisar a representação de Dadá como condensação literária da servidão doméstica, relacioná-la a contextos históricos e sociais contemporâneos, e discutir a literatura negra como forma de denúncia e resistência. Por meio de uma abordagem crítica, amparada por autoras e autores como Sueli Carneiro (2023), Angela

Davis (2016), Frantz Fanon (2020), Lélia Gonzalez (2020) e Abdias do Nascimento (2016), *Solitária* revelou-se não apenas um romance de denúncia, mas uma narrativa que tensiona os limites entre ficção e documento, entre estética e política.

Ao articular o conceito de neonarrativa de escravidão — tal como formulado por Ashraf Rushdy (1999) e Timothy Spaulding (2005) —, foi possível inscrever *Solitária* em um campo ampliado de produções literárias que desafiam a historiografia oficial e reinscrevem o trauma da escravidão como presença viva e estruturante.

A personagem Dadá, nesse sentido, é mais do que metáfora, ela é dispositivo de memória, sintoma de uma estrutura, corpo que carrega a inscrição de uma história nacional inacabada. A obra de Eliana Alves Cruz opera, assim, como palimpsesto crítico — revelando, sob a superfície da narrativa cotidiana, as camadas profundas da violência racial e patriarcal que seguem operantes.

A violência narrada por Cruz, ainda que menos espetacular, é igualmente estruturante; ela se sustenta no gesto ordinário, no vocabulário do afeto distorcido, na ausência que se acumula. Reforça-se, assim, o papel fundamental da literatura — especialmente aquela escrita por mulheres negras — na disputa pela memória e pela linguagem. Ao devolver corpo, tempo e densidade simbólica a sujeitos historicamente silenciados, *Solitária* tensiona a lógica da invisibilidade e impõe à crítica o dever de escuta e responsabilização. O gesto literário de Cruz inscreve-se, portanto, em um campo de escrita que não apenas representa a realidade, mas a interroga, a desafia e a reinscreve por outros meios.

Por fim, sugere-se que a crítica literária continue a se articular com os saberes negros, feministas e decoloniais, pois é nesse

entrelaçamento que se forjam as possibilidades de ruptura com a ordem racista e a escrita de futuros éticos, plurais e reparadores.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. In: *MTE resgata 3.190 trabalhadores de condições análogas à escravidão em 2023*. Governo do Brasil, 10 jan. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/janeiro/mte-resgata-3-190-trabalhadores-de-condicoes-analogas-a-escravidao-em-2023>. Acesso em: 25 jun. 2025.

CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

COELHO, Henrique. *Idosa de 90 anos é resgatada de condições análogas à escravidão em casa na Zona Norte do Rio*. In: *G1*, 05 set. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/09/05/idosa-de-90-anos-e-resgatada-de-condicoes-analogas-a-escravidao-em-casa-na-zona-norte-do-rio.ghtml>. Acesso em: 25 jun. 2025.

CRUZ, Eliana Alves. *Solitária*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. *A liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Boitempo, 2018.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, Bell. *Olhares negros: raça e representação*. São Paulo: Elefante, 2019.

LEÓN, Lucas Pordeus. *Caso Sônia é desastroso para combater trabalho escravo, alerta auditor*. Agência Brasil, 6 maio 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-05/caso-sonia-e-desastroso-para-combater-trabalho-escravo-alerta-auditor>. Acesso em: 25 jun. 2025.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

NASCIMENTO, Abdias. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Wanderson Flor do; QUEIROZ, Marcos; PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Introdução. In: FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. *Revista Antropolítica*, n. 2, v. 55. Rio de Janeiro, 2023.

RUSHDY, Ashraf H. A. *Neo-slave narratives: studies in the social logic of a literary form*. New York: Oxford University Press, 1999.

SAKAMOTO, Leonardo; CAMARGOS, Daniel. *Mulher é resgatada após 72 anos de trabalho escravo doméstico no Rio*. Rio de Janeiro, 13 maio 2022. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2022/05/mulher-e-resgatada-apos-72-anos-de-trabalho-escravo-domestico-no-rio/>. Acesso em: 25 jun. 2025.

SANTIAGO, Silviano. O entre-lugar do discurso latino-americano. Uma literatura nos trópicos. In: *Aletria*, n. 1, v. 30. Belo Horizonte, p. 9-26, 2001.

SPAULDING, A. Timothy. *Re-forming the past: history, the fantastic, and the postmodern slave narrative*. Columbus: Ohio State University Press, 2005.